

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO : PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

Ariana Mesquita
Lara Wanderley

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada na Escola Municipal Brice Francisco Cordeiro, cujo tema consiste na contribuição da Educação Física para formar cidadãos. Tem como objetivo a formação de sujeitos autônomos e conscientes através do conhecimento e desenvolvimento da corporeidade. Realizamos uma pesquisa do tipo etnográfica para melhor entender o campo, construímos um plano básico de ensino para nortear as regências, as quais ocorreram com alunos do grupamento B do Ciclo I. Como resultados compreendemos o que vem a ser a Organização do Trabalho Pedagógico da escola e como a Educação Física pode contribuir na formação de cidadãos.

Palavras-chave: Cidadão – OTP – Educação Física

ABSTRACT

This article is the result of research conducted at the Escola Municipal Brice Francisco Cordeiro, whose theme is the contribution of physical education to train people. Aims at the formation of autonomous subjects and conscious through the development of knowledge and corporeality. We made a kind of ethnographic research to better understand the field, build a basic plan for education to guide the regency, which occurred with students of group B Cycle I. As a result understand what is to be the Organization of the Educational Work of the school and physical education can contribute in the training of citizens.

Key words: Citizen - Organization Of The Pedagogical Work - Physical Education

RESUMEN

Este artículo es el resultado de las investigaciones realizadas en la Escola Municipal Brice Francisco Cordeiro, cuyo tema es la contribución de la educación física para formar a las personas. Tiene por objeto la formación de sujetos autónomos y consciente mediante el desarrollo de los conocimientos y la corporalidad. Hicimos una especie de investigación etnográfica para comprender mejor el terreno, construir un plan básico para la educación para orientar a la regencia, que ocurrió con los estudiantes del grupo B del Ciclo I. Como consecuencia de ello comprender lo que se va a la Organización de la labor educativa de la escuela y la educación física puede contribuir en la formación de los ciudadanos.

Palabras clave: Ciudadano - Organización Del Trabajo Pedagógico - Educación Física

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado da pesquisa necessária para a conclusão da disciplina Estágio Curricular Supervisionado I da Universidade Federal de Goiás (UFG), que tem como objetivo identificar e compreender a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) da escola e da disciplina de Educação Física (EF), propiciando a intervenção investigativa, relacionando com a possibilidade de novas formas de ação, e ainda oportunizar conhecimentos que permitam associar a prática de EF a aspectos sócio-político-culturais, vivenciando etapas do trabalho de pesquisa científica no âmbito da OTP da escola e da EF e possibilitando o exercício da ação-reflexão-nova ação.

Para a construção deste trabalho fez-se necessária a apropriação dos conhecimentos que estão relacionados com o processo educacional, como OTP, pedagogia crítica, cidadania. Fizemos uso também da pesquisa do tipo etnográfica do campo de estudo, o plano básico de ensino e o seqüenciador de aulas, para assim obtermos os conhecimentos fundamentais para a realização de uma regência fundamentada nos princípios ético-políticos da escola.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de Goiânia, Escola Municipal Brice Francisco Cordeiro, em que a turma designada para a nossa regência, foi o grupamento B do Ciclo I, sendo que a turma foi dividida em dois grupos e a nossa era composta por dezenove alunos.

Este trabalho apresenta como problemática a contribuição da EF a para a formação de cidadãos e tem o objetivo de promover a formação de sujeitos autônomos e conscientes através do conhecimento e desenvolvimento da corporeidade.

A HORA DA VERDADE

A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado I teve como objetivo possibilitar o conhecimento e a vivência do que vem a ser a OTP na rede municipal de Goiânia. Para isso foi necessária a realização de uma pesquisa do tipo etnográfica, a qual, de acordo com Rodrigues (2003), tem a finalidade de perceber o funcionamento da prática pedagógica do professor de EF, e ainda desenvolver a capacidade de investigar e diagnosticar o dia-a-dia do contexto escolar.

Para a realização dessa pesquisa etnográfica utilizamos como campo de estudo a Escola Municipal Brice Francisco Cordeiro, em que fizemos a análise de documentos, como: Projeto Político Pedagógico da rede municipal e da escola, plano de ensino e diário das turmas do Ciclo I turma B; realização de entrevistas com o diretor, coordenador de turno e coordenadora pedagógica e observação das aulas de EF. O objetivo dessa pesquisa foi entender o funcionamento da OTP da escola, para assim iniciarmos a regência necessária e fundamental para a nossa formação como professores.

Antes de iniciarmos a regência foi necessária a construção de um plano básico de ensino, o qual se baseou nas informações coletadas pela pesquisa do tipo etnográfica, que abrangeu o entendimento quanto ao homem, sociedade, educação, EF e desenvolvimento humano, para dessa forma elaborarmos uma concepção que esteja de acordo com a defendida pela escola, de formar cidadãos.

Com a apropriação dos conceitos supracitados elaboramos os objetivos da nossa prática pedagógica: desenvolver a autonomia e conhecimentos críticos necessários a uma ação transformadora na sociedade; vivenciar atividades de cooperação que

promovam um ambiente de igualdade e respeito através da sociabilização. Esses objetivos se basearam nos princípios ético-políticos que trabalhamos em nossa prática pedagógica, os quais contribuem com a formação do cidadão, são eles: autonomia, respeito, criatividade e cooperação.

O conteúdo ministrado, no campo de estudo, foi Jogos e Brincadeiras, pois no plano de ensino da professora constava esse conteúdo para o segundo semestre. Para ministrá-los utilizamos como referência a importância desse conteúdo na formação da criança, que segundo COLETIVO DE AUTORES (1992) o jogo: “ (...) deve ser entendido como ‘fator de desenvolvimento’ por estimular a criança no exercício do pensamento, que pode desvincular-se das situações reais e levá-la a agir independentemente do que ela vê.” Aproveitamos dos Jogos e Brincadeiras, que faz parte da realidade social dos alunos, para proporcionar o desenvolvimento destes e ainda contribuir com reflexões das ações possibilitadas através da prática de atividades contextualizadas com o meio social.

O plano básico de ensino teve como metodologia a pedagogia histórico-crítica de Saviani, a qual prioriza a realidade sócio-histórico-cultural através de uma teoria dialética do conhecimento escolar. Gasparin (2002) destaca que essa pedagogia perpassa todo o trabalho docente-discente ao estruturar e desenvolver um processo de construção do conhecimento escolar que corresponda a uma prática-teoria-prática que possibilite uma totalidade do processo pedagógico.

Essa pedagogia prioriza uma formação de alunos reflexivos e críticos, que se mostra importante para a conquista da cidadania, que segundo Tonet (2005):

formar pessoas que tivessem consciência dos direitos e deveres inerentes a uma sociedade democrática; que tivessem uma postura crítica diante dos problemas sociais e se engajassem na sua solução; que tivessem uma participação ativa e consciente na condução dos negócios públicos.

Portanto, a importância em priorizar a formação do cidadão, consiste em proporcionar aos indivíduos a prática-reflexiva para atuarem criticamente e ativamente na sociedade.

De posse do plano de ensino elaboramos o seqüenciador das aulas que norteou nossa prática pedagógica. Em sua estrutura continha os objetivos de cada aula, os princípios pedagógicos, os procedimentos metodológicos, o processo de avaliação quanto aos objetivos propostos e as observações das aulas.

Antes do início da regência, realizamos um questionário sócio-cultural com os alunos da escola campo, a fim de obter informações sobre o cotidiano dos alunos e ainda conhecer quais experiências eles já tinham sobre a EF.

De posse dos conhecimentos supramencionados iniciamos a nossa regência no dia 10 de setembro de 2008, sendo que as aulas foram ministradas às quartas e sextas feiras, até o dia 14 de novembro de 2008, totalizando quatorze aulas.

Durante a nossa regência fizemos uso de atividades que possibilitaram a ludicidade, em que foram trabalhados os seguintes sub-conteúdos: jogos de cooperação, lógica e raciocínio, criatividade, agilidade e concentração, brincadeiras em duplas, mímicas e estafetas. Essas aulas ocorreram na quadra poliesportiva da escola, no pátio e na sala de aula.

Em todas as aulas buscamos, primeiramente, apresentar as atividades que seriam trabalhadas no dia e relembrar o princípio e objetivo da aula anterior, a fim de verificar se os alunos tinham absorvido os conhecimentos propostos. Durante a realização das

atividades quando havia algum imprevisto fazíamos intervenções para conscientizar os alunos sobre formas de comportamento e respeito, tentando relacionar com o cotidiano dos alunos. No final das aulas os alunos diziam o que tinham aprendido, o que era necessário para realizar as atividades com mais êxito.

A avaliação se deu de forma contínua e processual em que utilizamos como critérios: participação, produção, discussão e disciplina e a realização de uma atividade avaliativa escrita, que continha os princípios pedagógicos trabalhados. A prova teve como objetivo certificar se os alunos conseguiram relacionar os princípios com os jogos ou brincadeiras correspondentes, em que pouco mais de 80% dos alunos tiveram resultado satisfatório.

Durante a regência tivemos como obstáculos a dificuldade dos alunos em observar a ordem, o limite, o respeito, o que se relaciona com a questão disciplinar, que segundo Vasconcellos (2006) é responsabilidade de todos: sociedade, família, escola, professor e aluno, sendo necessária uma reestruturação desses fatores para uma redefinição da disciplina. Portanto, com o intuito de minimizar a indisciplina e prosseguir com um processo de ensino-aprendizagem de melhor qualidade, faz-se necessária uma mudança de atitude e postura, a qual exige intervenções:

Buscar a desalienação da relação pedagógica: estar inteiro na relação; rever conceito de Disciplina; não ver o aluno como inimigo; lembrar que são as relações que se tornam alienadas, portanto elas que devem ser trabalhadas; procurar ver o ato de indisciplina como um sinal a ser decodificado (frequentemente o comportamento inadequado é uma forma desajeitada de chamar atenção sobre si e receber cuidados especiais); não partir logo para saídas formais (tipo aplicação do regimento); ir fundo através do diálogo. (VASCONCELLOS, 2006).

Essas intervenções influenciaram a relação harmoniosa professor-aluno, que passou a depender de diálogo e respeito, para uma possível negociação, em que estivessem claros os objetivos do ensino e a importância da disciplina para melhorar o processo educacional.

No entanto, essa relação professor-aluno deve estar atrelada a um processo educacional em que se priorizam os valores morais. De acordo com AQUINO (1996):

o que deve regular a relação é uma proposta de trabalho fundada intrinsecamente no conhecimento. Por meio dela, pode-se fundar e/ou resgatar a moralidade discente na medida em que o trabalho do conhecimento pressupõe a observância de regras, de semelhanças e diferenças, de regularidades e exceções. (p.51).

Entendemos que a relação professor-aluno é fundamental para o sucesso na formação dos alunos e, ainda, contribui muito para amenizar a indisciplina, porém ela não deve estar relacionada com o autoritarismo extremo, no qual o professor determina proibições, restrições que devem ser obedecidas, o mais importante é haver reflexões para que juntos - professores e alunos - possam buscar soluções para as ações coletivas que venham a prejudicar o processo de ensino-aprendizagem.

Além da contribuição do professor e da escola com relação à indisciplina, a presença da família e o diálogo entre escola, professor, aluno e família, também se mostra fundamental, visto que a indisciplina pode ser um fator psicológico, gerado por causa de carência psíquica, na qual somente a família pode interferir. Segundo AQUINO (1996):

Também é óbvio que não há possibilidade de a escola assumir a tarefa de estruturação psíquica prévia ao trabalho pedagógico; ela é de responsabilidade do âmbito familiar, primordialmente. Nesse sentido, a estruturação escolar não poderá ser pensada apartada da familiar. Em verdade, são elas as duas instituições responsáveis pelo que se denomina educação num sentido amplo. (p.46)

Portanto, o trabalho em conjunto, entre escola e família, deve existir para que haja uma educação por completa, visto que a formação educacional é de responsabilidade não só da escola, sendo a presença e o diálogo familiar responsáveis, também, por educarem a criança.

Outro obstáculo com que deparamos foi a questão do portador de deficiência e inclusão social. É muito fácil usar a demagogia e dizer que as crianças devem se interagir entre si para descobrir e respeitar as diferenças entre elas. De acordo com a secretária de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), Cláudia Dutra:

A escola não deve refletir uma sociedade que não mostra a realidade que a pessoa vai viver, então as pessoas com deficiência devem conviver com pessoas sem deficiência. Esse é um processo que valoriza a diversidade, que respeita a diferença e enriquece o processo pedagógico. A educação deve se fazer em um espaço participativo.

Realmente é muito importante essa interação, mas não só depende do tratamento mútuo desenvolvidos por elas, e sim de todo um reforço profissional multidisciplinar com intuito de esclarecer dúvidas e desenvolver o potencial das crianças com mais necessidade. Para Maciel (2000) as falhas e ajustes que deverão ser questionados são de extrema importância para um avanço no setor:

(...) A realidade tem mostrado que os ciclos do ensino fundamental, com sua passagem automática de ano, e a falta de formação de professores, de recursos técnico-pedagógicos, de estímulo suplementar, de acompanhamento de equipe multidisciplinar - fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais - de salas e de professores de apoio deixam a questão da inclusão escolar sem estrutura eficiente, bonita apenas na teoria.

Portanto, até que ponto essa inclusão está contribuindo em resultados positivos para o deficiente e para quem convive com ele? Há quem diga que só o fato de se relacionarem já existe colaboração e cooperação. Dentro desse caso específico, observamos um aluno da nossa turma, que apesar de demonstrar um bom relacionamento com os outros alunos e desenvolver as atividades da EF normalmente demonstra dificuldades maiores em outros campos da aprendizagem. Como é aluno de alfabetização, ele não consegue fazer as mesmas atividades de classe como as outras crianças, ou seja, desconhece as letras e, conseqüentemente, as palavras e nem o seu nome sabe escrever. Contudo, possui uma coordenação motora fina, pois consegue seguir as linhas do caderno e colorir os desenhos.

A sociedade precisa (re)avaliar seus conceitos de inclusão social e ponderar os casos, pois não basta apenas matricular uma criança com necessidades especiais na escola normal, mesmo que essa não obtenha o desenvolvimento esperado, apenas para constar nas estatísticas. Também, não devemos esquecer que é de responsabilidade e dever do governo oferecer uma educação justa para todas as crianças. Portanto, se é

comprovado que essa interação é aceitável para um bom desenvolvimento de ambas as partes, então, o Estado deve arcar com as despesas das melhorias necessárias na escola, seja profissional e estrutural, para que o trabalho seja desenvolvido de forma igualitária.

Outra categoria observada foi a diferença de gênero durante a aula de EF, que apesar de não ter ocorrido com muita frequência não deixa de ser visível. De acordo com Altmann e Sousa (1999) a diferença de gênero é cultural

Essa história mostra que na aparência das diferenças biológicas entre os sexos ocultaram-se relações de poder - marcadas pela dominação masculina - que mantiveram a separação e a hierarquização entre homens e mulheres, mesmo após a criação da escola mista, nas primeiras décadas deste século. Buscou-se manter a simbologia da mulher como um ser dotado de fragilidade e emoções, e do homem como força e razão, por meio das normas, dos objetos, do espaço físico e das técnicas do corpo e dos conteúdos de ensino, fossem eles a ginástica, os jogos ou – e sobretudo - os esportes.

Sendo assim, como a sociedade ainda é muito machista, as crianças imitam o seu contexto social-familiar que é transmitido, normalmente, pelos pais, pois as mesmas assumem papéis de acordo com os modelos apresentados em seu cotidiano e com os estímulos a determinadas atividades.

Apesar desse fato ser decorrente de hábitos e criação da sociedade, a incidência foi pequena em relação ao esperado por se tratar de EF, onde os meninos se sentem superiores na disciplina, pois acreditam que as meninas são frágeis e delicadas. Acreditamos que essa ocorrência mínima se dá em função da idade das crianças, sete e oito anos, pois ainda são imaturas e a sociedade esboça uma postura mais imparcial para esse público.

No que diz respeito à OTP da escola campo, esta, de acordo com FREITAS (1995), deve ser analisada em seu contexto amplo e restrito. Com relação ao aspecto amplo, o corpo docente apresenta suas funções bem explicadas, o que se faz presente no PPP da escola através das propostas curriculares e extracurriculares e que se concretizam na prática escolar. Quanto ao aspecto restrito, este fica prejudicado, quando: há adiantamento ou atraso no horário de servir o lanche; há reuniões de professores na hora do intervalo; há o descaso de algumas professoras, que por falta de vontade de dar aulas, acabam atrasando para entrarem na sala, esses fatos acabam atrapalhando e reduzindo a duração das aulas, o que prejudica o conteúdo que seria ministrado aos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos conhecimentos e conceitos explicitados pela disciplina de Estágio Curricular Supervisionado I, percebemos que antes de dar início a nossa docência, foi fundamental compreender a OTP da escola e da disciplina de EF, pois assim foi possível refletir e elaborar intervenções sobre aspectos sócio-político-culturais durante a regência.

Além disso, ter conhecimento sobre questões disciplinares, relação professor-aluno, deficiência, preconceito, também foi importante para sabermos como lidar com os alunos com relação a esses aspectos. Os obstáculos encontrados durante a regência poderiam ser amenizados se houvessem diálogos constantes entre escola-aluno-família. Apesar de haver diálogo entre a escola e o aluno, percebemos que apenas isto é insuficiente para atingir o ideal modelo de comportamento da tríplice envolvida.

Durante a nossa regência a contribuição da EF para a formação de cidadãos, se deu pela escolha de atividades que remetesse a discussões de temas relacionados ao cotidiano do aluno, ou seja, o contexto social pensado de forma crítica para que eles mesmos pudessem discernir de forma coerente as atitudes a serem tomadas.

A partir dessa prática, percebemos como contribuições desta disciplina a possibilidade de entender qual a importância da EF na escola e de que forma se dá sua organização no ambiente escolar. Contribuiu ainda para ajudar na compreensão de como tratar a EF na escola associando-a com a realidade social e qual a sua importância e contribuição para a formação de cidadãos, ao possibilitar a formação de sujeitos autônomos e conscientes, para atuarem ativamente e criticamente na sociedade, e não apenas aceitar a ordem social imposta.

REFERÊNCIAS:

ALTMANN, Helena. SOUSA, Eustáquia Salvadora. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Caderno CEDES, n.48, v.19, Campinas, 1999.

AQUINO, J.G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, J.G. (Org.) Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física escolar. São Paulo, SP: Cortez, 1992.

DUTRA, Claudia. MEC avalia a integração do deficiente. Jornal O Estado do Maranhão. São Luís. 22/09/2005.

FREITAS, Luis Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. Campina - SP: Papirus, 1995.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP. Autores Associados, 2002.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de Deficiência a questão da inclusão social. . São Paulo, Perspectiva, v.14, abr/jun, 2000.

RODRIGUES, Anegleyce Teodoro. A didática e prática de ensino no contexto da formação de professores de Educação Física: a experiência da FEF/UFG. Goiânia, Go: 2003.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a sociedade? Florianópolis, v.23, n.2, p.469-484, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. (In) Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 16ª ed. São Paulo: Libertad, 2006.